

Igreja neopentecostal, jornal mundano: uma análise cultural da identidade jornalística da Folha Universal¹

Isley Borges da SILVA JUNIOR²
Gerson de SOUSA³

Resumo

Este artigo é fruto de trabalho de conclusão de curso que discute a identidade jornalística da *Folha Universal*, periódico impresso da maior instituição religiosa neopentecostal brasileira, a Igreja Universal do Reino de Deus. Analisamos, então, duas reportagens de capa do periódico Folha Universal, que versam sobre questões mundanas como a infidelidade e a diversidade sexual. Como aporte teórico utilizamos os conceitos sobre Identidade Jornalística e os da Sociologia da Religião. O trabalho está orientado sob a perspectiva teórico-metodológica dos Estudos Culturais, por meio da Análise Cultural, uma vez que entendemos que só uma concepção robusta de cultura será capaz de pôr fim às posturas teórico-metodológicas enrijecidas, que ora privilegiam aspectos macrosociológicos, ora volta os seus olhos apenas para a contingência. Como resultado da análise, percebeu-se que o conteúdo do jornal reflete a sumária característica da última corrente pentecostal, a sua acomodação aos valores seculares, mundanos e apresenta consideráveis falhas jornalísticas.

Palavras-chave: identidade jornalística; Folha Universal; neopentecostalismo, Sociologia da Religião; Estudos Culturais.

1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Os números do último Censo, publicado em 2010, sobre as religiões no Brasil, diz muito sobre a religião e as diversas formas de conversão religiosa contemporâneas. O número de evangélicos cresceu seis por cento (em 2000, representavam 16% da população; em 2010, representavam 22%). Grandes sociólogos da religião como Pierucci (1996), Prandi (2008), Mariano (1999), dentre outros,

¹ Trabalho apresentado na X Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial (Eclesiocom), realizada São Paulo, SP, 27/8/2015.

² Graduado em Comunicação Social: Jornalismo pela Universidade Federal de Uberlândia, mestrando em Geografia pela mesma instituição, no Programa de Pós-Graduação em Geografia do campus Pontal (PPGEP). É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - email: isleyborges@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Comunicação Social: Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, email: gerson@faced.ufu.br.

afirmam que são os neopentecostais⁴ os responsáveis por essa mudança significativa da dinâmica do campo religioso tupiniquim. O sucesso em angariar fiéis dessa última corrente pentecostal deve-se, sobretudo, à sua acomodação aos valores mundanos e à flexibilização ou inexistência de exigências éticas e estéticas para os fiéis em ato ou potência. Essa acomodação e flexibilização dos neopentecostais para com o seu público, não acomete os seus líderes religiosos à incoerência ou constrangimento (e nem poderíamos exigir isso, já que o neopentecostalismo é incoerente por natureza) quando, por exemplo, fazem utilização efetiva dos meios de comunicação e de performances espetaculosas para convencimento dos indivíduos.

Em fevereiro deste ano, quando fui à Igreja Universal do Reino de Deus para executar um trabalho de campo da disciplina “Religião e Sociedade”⁵, um dos obreiros colocou em meu colo um exemplar do periódico *Folha Universal*. Antes daquele dia, nunca havia folheado ou lido qualquer exemplar do jornal e, por não ser objeto de interesse para mim naquela ocasião, deixei-o de lado. Só quando o Prof. Dr. Gerson de Sousa, meu orientador nesta investigação, sugeriu que eu desse mais atenção ao veículo, é que do fundo do meu armário ele foi retirado. Descobri, através de uma conversa com um dos bispos da igreja, que a *Folha Universal* começou a circular em 1992. Entretanto, encontram-se disponíveis no sítio da Universal apenas as edições a partir do ano de 2010.

Ao fazer uma leitura pormenorizada de algumas edições, pareceu-me que tal veículo comunicativo refletiria a ideologia e o *modus operandi* da instituição religiosa que o financia, mas até que ponto a instituição religiosa interfere na práxis jornalística? Ou seja, a *Folha Universal* é um produto jornalístico ou apenas um refratário onde despeja-se o discurso teológico dos neopentecostais? Resumidamente, podemos considerar o jornal uma extensão ideológica dos fiéis ou fruto do jornalismo, com identidade jornalística?

Estudar essa apropriação do discurso jornalístico para o tratamento de

⁴ A Pesquisa Datafolha de 1995 mostrou que 48% dos fiéis neopentecostais antes faziam parte da religião Católica. Além disso, 17,6% deles, antes de se converterem ao neopentecostalismo, declaravam-se sem religião (PRANDI, 1996).

⁵ A disciplina é ofertada anualmente pelo Instituto de Ciências Sociais da UFU. É eletiva e foi ministrada, no último semestre, pela Prof^a. Dr^a. Mariana Côrtes.

temáticas caras para uma instituição religiosa pode despertar-nos o desejo de colocar à baila questionamentos que mais parecerão crises identitárias: o que é o jornalismo? O jornalismo possui uma identidade? Se sim, qual é esta identidade? Poderemos encontrar na *Folha Universal* uma identidade jornalística ou ali é apenas um novo lugar para fazer-se emergir o discurso teológico neopentecostal? Qual o sentido de se apropriar de um jornal e gastar com a sua publicação, subutilizando a potencialidade jornalística de um veículo impresso, em vez de investir e disseminar o discurso religioso pelas redes sociais para os seus fiéis?

2 APORTE TEÓRICO METODOLÓGICO

A pesquisa foi orientada, teoricamente, sob a luz da Sociologia da Religião (WEBER, 1991; MARIANO, 1999), dos estudos sobre Identidade Jornalística (ALBUQUERQUE, 2004; BRUCK, 2011) e, teórica e metodologicamente, com a ótica dos Estudos Culturais, a partir da Análise Cultural (ESCOSTEGUY, 2001; WILLIANS, 2005; HALL, 2008). Nossa metodologia de pesquisa é, também, baseada nos pressupostos da pesquisa qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002; GEERTZ, 1978; LÜDKE; ANDRÉ, 1986), porque o nosso objetivo não é quantitativo, mas interpretativo. Nossa metodologia, cabe salientar, não nos permitiu olhar para apenas um aspecto das práticas humanas, mas exigiu que saíssemos do conforto do lugar comum para, assim, analisar os múltiplos aspectos e causalidades de um determinado fenômeno, observando sempre o contexto histórico e social. Segundo Kellner (2001, p. 39):

Os estudos culturais delineiam o modo como as produções culturais articulam ideologias, valores, representações de sexo, raça e classe na sociedade, e o modo como esses fenômenos se inter-relacionam. Portanto, situar os textos culturais em seu contexto social implica traçar as articulações pelas quais as sociedades produzem cultura e o modo como a cultura, por sua vez, conforma a sociedade por meio de sua influência sobre indivíduos e grupos.

Consideramos todas as edições da *Folha Universal* publicadas nos últimos quatro anos (de 2010 a 2013) para a construção de nosso *corpus*, por entender que essa

dimensão temporal nos levaria a resultados bastante atuais acerca da identidade jornalística do periódico, uma vez que a equipe profissional de jornalistas raramente é fixa, dando margem para refletirmos sobre a conseqüente mudança da identidade jornalística a partir da rotatividade de funcionários do jornal. Ademais, para que conseguíssemos selecionar edições publicadas ao longo de um ano, escolhemos uma edição para cada um dos trimestres dos últimos quatro anos, a saber: ed. 938, de 28 de março a 03 de abril de 2010; ed. 998, de 22 a 28 de maio de 2011; ed. 1061, de 05 a 11 de agosto de 2012; ed. 1130, de 01 a 07 de dezembro de 2013.

Neste artigo, apresentamos a análise das duas últimas reportagens do *corpus*, publicadas em 2010 e 2011, dando destaque para as questões relacionadas à identidade jornalística da *Folha Universal*.

3 TIPOLOGIA PENTECOSTAL: AS TRÊS ONDAS

Mariano (1999) esforça-se em seu trabalho na ordenação do campo pentecostal brasileiro a partir da análise de sua dinâmica histórico-institucional, levando em conta as modificações ocorridas em seu discurso teológico, paulatinamente ao seu progressivo processo de aculturação das mensagens religiosas importadas; de seu comportamento de ruptura com o ascetismo e conseqüente dessectarização e acomodação aos valores mundanos. Para isso, utilizando-se do debate contemporâneo das tipologias atuais, o autor classifica o pentecostalismo em três correntes: pentecostalismo clássico, deuterpentecostalismo e neopentecostalismo.

De acordo com ele, no Brasil, a corrente evangélica pentecostal chegou por volta de 1910, 1911, com a instalação das igrejas Congregação Cristã no Brasil, fundada por italianos, e a Assembleia de Deus, fundada por suecos. Vale ressaltar que os pregadores responsáveis pela fundação de tais instituições religiosas formaram-se nos Estados Unidos antes de virem para o Brasil. Ainda é bom dizer que as duas instituições religiosas em questão “sempre apresentaram claras distinções eclesiásticas e doutrinárias que, com o passar do tempo, geraram formas e estratégias evangelísticas e de acomodação social bem distintas” (MARIANO, 1999, p. 23). Características dessa “primeira onda” do pentecostalismo – também chamada de pentecostalismo clássico -

são o anticatolicismo, o dom de línguas, a crença na volta de Cristo, a salvação paradisíaca, o sectarismo/ascetismo e a rejeição do mundo exterior.

No ano de 1950 emerge um segundo movimento de pentecostais, nas palavras do autor, o deuteropentecostalismo, proposto por migrantes norte-americanos na Cruzada Nacional de Evangelização. Em sua obra, Mariano (1999) chama atenção para a dificuldade de classificação de instituições religiosas dessa época, uma vez que muitos são os dissensos entre os estudiosos no que tange à nomenclatura e caracterização da corrente. Desse movimento, caracterizado como “segunda onda”, surge a Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular, a Igreja Pentecostal Deus é Amor, a Casa da Bênção, para citar algumas. Podemos elencar como características desse segundo momento do pentecostalismo a cura divina, o evangelismo de massa (que faz utilização dos meios de comunicação) e a fragmentação denominacional. Cabe salientar que não existe rompimento teológico com a “primeira onda” pentecostal (MARIANO, 1999).

Eis, então, que chegamos aos neopentecostais, “terceira onda” do pentecostalismo. Demarca um corte histórico-institucional com os pentecostais e apresenta caráter inovador. O neopentecostalismo tem a sua gênese na segunda metade dos anos 70 e expande e se fortalece nas décadas seguintes, de 1980 e 1990. A Igreja Universal do Reino de Deus (RJ, 1977), a Igreja Internacional da Graça de Deus (RJ, 1980) e a Igreja Cristo Vive (RJ, 1986) são as principais instituições religiosas surgidas nesse período. Esse movimento apresenta uma ruptura teológica considerável com o pentecostalismo clássico e com o deuteropentecostalismo, principalmente por deixarem de negar o mundo e passarem a afirmá-lo (MARIANO, 1999). Enquanto os dois movimentos anteriores traziam em sua constituição a ideia de salvação, a noção de que vivemos em um mundo ruim e de pecados, o neopentecostalismo volta-se para questões deste mundo: econômicas, sentimentais, espirituais⁶. Além disso, nas instituições religiosas neopentecostais as exigências éticas e estéticas são cada vez menos rígidas.

⁶ Quando consultamos a agenda de atividades da Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, nos deparamos com cultos intitulados “Dia da Prosperidade Econômica”, “Terapia do Amor”, “Noite da Salvação”, “Noite do Descarrego”, ou seja, momentos congregacionais voltados à resolução de problemas deste mundo.

Podemos citar como sumárias características dessa “terceira onda” pentecostal a acomodação aos valores mundanos, o caráter de empresa, com instituições religiosas burocratizadas (a lógica é sempre a do cliente-fiel), a guerra contra o diabo e a teologia da prosperidade⁷.

Por fim, é oportuno explicar que o neopentecostalismo não possui apenas as características para as quais nos atentamos. Trata-se de uma corrente do pentecostalismo constituída por elementos variados e muito distintos, que se diferenciam de uma instituição religiosa para outra. Nas palavras de Mariano (1999, p. 47):

Quando dividimos o pentecostalismo em três vertentes, demarcamos suas genealogias, seus vínculos institucionais, delineamos suas principais características, confrontamos suas diferenças e semelhanças, estabelecemos suas distinções, quando enfim as classificamos, não estamos com isso supondo que tal construção tipológica dê conta totalmente desse universo religioso tão complexo, dinâmico e diversificado. Sua função é bem mais modesta: visa ordenar a realidade observada, tornando-a inteligível e passível de análise. Quanto a isso, cumpre lembrar que tanto os tipos ideais como todo e qualquer aparato conceitual não respondem a retratos literais ou fidedignos da realidade, nem a traduzem plenamente. Longe disso. São instrumentos toscos e generalizantes pelos quais procuramos pensa-la, ordená-la e compreendê-la.

Este artigo objetiva, portanto, discutir a identidade jornalística de um meio de comunicação que possui nítidas filiações ideológicas e que, em exato grau, reflete as caracterizações de tais atrelamentos. Em resumo, instituição religiosa evangélica neopentecostal, por estar acondicionada à mundanidade, produz um jornal secular, do mundo, que aborda temáticas que dão conta da materialidade da vida e, não, das questões santas ou religiosas.

3. IDENTIDADE JORNALÍSTICA: APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO

⁷*Grosso modo*, a Teologia da Prosperidade seria um movimento contrário ao da Ética Protestante, investigada por Weber na obra “A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. Nesta, a riqueza era uma consequência não desejada da dedicação ao trabalho e a frugalidade. Naquela, a riqueza é desejada e o meio para consegui-la é o sacrifício: você vai ser ofertado se ofertar a Deus.

Albuquerque (2004) diz que, de um modo geral, os conglomerados comunicacionais de hoje estão mais comprometidos com a lógica empresarial capitalista do que dependentes de algum partido ou facção política. O autor ainda aponta para um evidente avanço na constituição de uma identidade profissional jornalística, uma vez que existe nos jornalistas de hoje um acordo sólido quanto ao papel que a imprensa precisa desempenhar na democracia.

O autor, todavia, tece consideráveis críticas às comparações que são feitas entre o modelo brasileiro e o modelo americano de jornalismo. Um exemplo de comparação esdrúxula, diz ele, é quando sugerem “que a sociedade brasileira é, ela mesma, incoerente, e que isso afeta a imprensa”. Para o autor, não há porque o jornalismo brasileiro se parecer com o americano, uma vez que eles são sínteses de ambiências culturais, econômicas, políticas e legais bastante distintas. Então, há que se conversar sobre valores míticos do jornalismo (descaradamente importados dos Estados Unidos), como a objetividade, a imparcialidade e a neutralidade, uma vez que eles são fruto de uma realidade específica, que não nos pertence. Wolf (1999), inclusive, faz referência à existência de uma “mitologia profissional” do jornalista, constituída por imaginários e representações que dariam conta de preencher as lacunas de entendimento e compreensão da práxis jornalística.

Bruck (2011), no empreendimento de esmiuçar o que seria identidade jornalística, afirma que para a sua constituição faz-se necessário levarmos em consideração quatro fatores: a) o que é o acontecimento e o que é a notícia; b) as rotinas produtivas da profissão; c) os constrangimentos organizacionais e d) a formação teórica dos jornalistas. O autor explica que o jornalismo é feito da frugalidade do cotidiano e que, por essa razão, exige uma rotina produtiva complexa, que leve em conta a coleta, a seleção e a apresentação de conteúdos.

Em nosso trabalho, para análise da identidade jornalística da *Folha Universal* levamos em conta o primeiro fator ressaltado por Bruck (2011), acerca do acontecimento e da notícia. Investigamos qual foi o fato gerador de cada reportagem de capa analisada, ou seja, o que a torna um material jornalístico? O que aconteceu para que aquela temática fosse tratada jornalisticamente: apurada, escrita, editada e publicada? E poderíamos ir além: caso não existisse um acontecimento que justificasse

o material apresentado como jornalístico, qual o motivo da inserção daquele texto em um jornal?

5 ANALISANDO A *FOLHA UNIVERSAL*

5.1 Marcas identitárias do sujeito jornalista em “O baixo QI da traição”

A primeira edição analisada, de número 938, foi publicada na semana de 28 de março a 03 de abril de 2010. A linha fina da reportagem de capa acusa: a infidelidade amorosa é uma “atitude que provoca sofrimento e desagregação”. Bem sabemos que Andrea Deep, jornalista que assinou a matéria, não a construiu sozinha. A práxis jornalística é bastante complexa e atravessada por uma porção de sujeitos, com uma porção de funções. Na construção da pauta, na apuração, na redação e na edição o texto costuma percorrer a redação, gerar opiniões elogiosas ou proibitivas, causar polêmicas, receber críticas, dentre tantos outros processos complexificadores do papel do sujeito jornalista.

O processo, complexificado, entretanto, não exclui considerável autonomia do sujeito. Afirmar que Deep, por exemplo, escreve o quê e como escreve porque subordinada está à estrutura do veículo comunicativo, pode ser análise rasa, uma vez que estaríamos considerando a jornalista uma mera cumpridora de deveres, que não reflete sobre a sua práxis profissional. Então, a linha fina construída por ela indica um posicionamento que permeia o argumento central utilizado na reportagem, que é o que considera a infidelidade amorosa algo negativo para a vida das pessoas em relacionamento monogâmico.

Nomeamos a jornalista e a consideramos um sujeito jornalista porque defendemos que não existe estrutura mais forte que o sujeito. Adotamos neste trabalho, então, uma perspectiva culturalista, que considera a centralidade da cultura, não a ponderando como fazem os marxistas ortodoxos, mera engrenagem de uma superestrutura. Afirmamos que é nos processos culturais em que a produção e assimilação de significados ocorre, portanto é, também, apenas nesta instância, que o sistema econômico capitalista encontra o seu maior sustentáculo. Legitimando-se por

meio da cultura, esse sistema econômico desigual impede, muitas vezes, que os indivíduos se constituam enquanto sujeitos de sua própria história (WILLIANS, 2005; HALL, 2008).

O fato gerador da reportagem “O baixo QI da traição”, segundo o abre do texto, é uma pesquisa feita na London School of Economics (LSE) que traz como resultado a conclusão de que homens infiéis têm quociente de inteligência (Q. I.) inferior aos fiéis. Procurando no banco de dados do LSE⁸, não encontramos a pesquisa que motivou a escrita da reportagem. Investigação complicada, uma vez que a jornalista não cita, sequer, o título do trabalho. Além disso, não são trazidos para o texto jornalístico trechos da pesquisa da LSE em discurso direto, algo que legitimaria o argumento da autora.

Dois boxes, inseridos nas páginas nove e onze trazem depoimentos do homem traidor e da mulher traída, respectivamente. No primeiro, intitulado “Traidor Arrependido”, o traidor conta que largou a primeira esposa para casar-se com a amante, já que havia se apaixonado. Continua, dizendo que a segunda traição ocorreu por falta de sexo no relacionamento. Atualmente, com a terceira esposa há cinco anos, diz que nunca a traiu. No segundo, intitulado “Vingança e Mágoa”, apesar de o depoimento nada falar sobre vingança, a mulher traída conta que perdoou a infidelidade do namorado, apesar de nunca ter se esquecido do ocorrido. O conteúdo desses boxes reforça a noção da negatividade da infidelidade amorosa, uma vez que ilustram o traidor como “arrependido” e a mulher traída como “magoada”.

Ainda sobre o fato gerador da reportagem, a pesquisa realizada na LSE, segundo a reportagem, originou-se a partir de um cruzamento de outras duas pesquisas norte-americanas que avaliaram atitudes sociais e quociente de inteligência. Todavia, cabe salientar, que esta metodologia foi questionada por grandes especialistas, utilizando as palavras de Deep na página nove, “que tem outras leituras dos resultados”. Ora, se grande parte dos especialistas questionam a metodologia e a análise dos resultados de uma pesquisa, por que noticiá-la? Por que dar lugar a algo que é questionável, passível de desconfianças e dúvidas?

⁸ O banco de dados pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <http://eprints.lse.ac.uk/>.

Acerca das fotografias que estampam a reportagem de capa, a maioria delas trazem famosos envolvidos em casos de traição: Tiger Woods, Sandra Bullock, Wayne Bridge e John Terry. Imagens de celebridades podem funcionar como chamariz para a leitura da reportagem, já que a atual sobreposição intensa entre as esferas pública e privada torna indivíduos expostos pela mídia como, automaticamente, credíveis, críveis.

A décima página é a que, sem dúvida, melhor reforça o argumento da jornalista de que a infidelidade amorosa influencia negativamente a vida das pessoas. Exemplos de vidas que desmoronaram após a traição são colocados. A pesquisa que motivou a produção da reportagem, porém, não é mais discutida a partir desta página. Não se fala mais em Q. I. inferior devido à infidelidade amorosa, mas de possíveis causas da prática infiel, ou a melhor maneira de se perdoar quem traiu. Parece-nos que a pesquisa desenvolvida na LSE serviu, apenas, como abertura do texto da reportagem, não como fato gerador, apesar de sê-lo.

Conclui-se, então, que o fato gerador da reportagem, a investigação feita na LSE que relaciona baixo Q.I. a homens infiéis, é questionável. Primeiro, porque nem o título, nem o endereço digital e nem os nomes dos pesquisadores foram colocados no texto. Sinal de que a apuração da jornalista foi falha ou incompleta. Além disso, grandes especialistas questionam os resultados da pesquisa e o jornalismo não se faz de dúvidas ou incertezas, mas de fatos e verdades. Portanto, questiona-se se podemos realmente afirmar que a reportagem analisada é jornalística, uma vez que não atende características comuns da rotina de produção da profissão, que passa, inicialmente, pela escolha responsável de um fato gerador, que desemboca na produção da pauta, na apuração das informações e na escritura e edição do material.

5.2 Marcas identitárias do sujeito jornalista em “Lição Polêmica”

A segunda edição analisada, de número 998, foi publicada na semana de 22 a 28 de maio de 2011. Em uma sociedade heteronormativa como a brasileira, não existe adjetivo mais adequado para caracterizar a tentativa do Ministério da Educação (MEC) em dispor material para a educação sexual de jovens do que “polêmico”. Sem dúvidas, em um país onde o preconceito encontra lugar com tremenda facilidade, qualquer

material que servisse para esclarecer as gerações mais novas sobre orientação sexual e identidade de gênero poderia ser considerado muitíssimo absurdo para uns e de completa utilidade para outros: em suma, a divisão de opiniões, em uma sociedade que trata com desigualdade de direitos homossexuais e pessoas trans, já é algo esperado.

Infelizmente, o/a jornalista que produziu a matéria, nela não assinou. Para nós, que buscamos nesta seção as marcas identitárias desse sujeito, isso representa uma significativa ausência de dados que dizem respeito à construção coletiva da história por meio do jornalismo. Tal ausência de nominalização pode gerar, inclusive, descrédito do veículo de comunicação com o seu público, o seu leitor, uma vez que não se disponibiliza o nome – ou os nomes – do/s responsável/veis por toda uma estrutura argumentativa da reportagem. Pareceu-nos, então, que a matéria de capa veiculada poderia ter sido encomendada para atender aos interesses da Igreja Universal.

No que se refere ao fato gerador, responsável por motivar a escrita da reportagem, podemos dizer que o/a repórter distorceu o fato gerador original para que os seus argumentos tivessem lugar. Chamamos de original o fato de que o MEC distribuiria um material de educação sexual para escolas públicas de ensino médio, intitulado “Escolas sem Homofobia⁹”. Consideramos distorcido o fato noticiado com angulação conveniente às ideias da instituição religiosa, de que o MEC desejaria ensinar orientação sexual às crianças. Ora, que ensino de nível médio brasileiro conta, atualmente, com crianças em sala de aula? Estudantes de Ensino Médio são, em sua maioria adolescentes e jovens, não influenciáveis, portanto, por um material sobre educação sexual. Além disso, orientação sexual não é algo que se ensina, que se incentive ou que se estimule, como tratamos na segunda seção deste capítulo, a orientação sexual é constituída por uma miscelânea de fatores – biológicos, psíquicos, sociais. Ora, e se orientação sexual não se ensina, o jornal não ensina uma sexualidade, não educa cidadãos para uma sexualidade? Nós temos a certeza que sim, pois consideramos a dimensão educacional dos veículos, mas ele educa para uma

⁹ De acordo com o portal do projeto, o Projeto Escola Sem Homofobia, apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), tem como objetivo “contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro”.

sexualidade: a heteronormativa.

A reportagem sugere, vale dizer, que o material em questão, que seria distribuído pelo MEC, faria com que a escola trocasse “lições de geografia e matemática” por “incursões no universo da diversidade sexual”. Entende-se, a partir desta sugestão que a escola devesse de ocupar apenas do ensino de matérias tradicionais (como geografia e matemática) e não ocupasse o tempo das aulas como a educação sexual. Para legitimar o argumento, é trazido um dado do ranking mundial da educação – elaborado pela Organização das Nações Unidas – que coloca o Brasil em 88º lugar. O número corrobora com a crítica principal dos opositores do material, que dizem que “a orientação sexual deveria ficar restrita à influência da família, ao controle dos pais, principalmente num momento em que o setor educacional do País capenga e teria demandas mais prementes”.

Apesar de reforçar a todo instante a polêmica em torno do “kit gay”, apelidado assim por parlamentares da bancada evangélica no Congresso Nacional, encontram-se na reportagem algumas vozes que tentam esclarecer que o material terceirizado pelo MEC viria à tona com o objetivo de desconstruir preconceitos e estereótipos. Ademais, um box alocado na página 11, mesmo que indiretamente, aponta para a importância de um suporte educativo desta natureza (não apenas para alunos, mas também para os mestres), uma vez que informa que quase 50% dos professores do estado do Espírito Santo, entrevistados em uma coleta de dados de uma pesquisa, afirmou não saber lidar com as temáticas relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero. Nota-se, então, que o “Escolas sem Homofobias” poderia auxiliar os professores na lida com questões relacionadas à sexualidade e, ademais, auxiliar na formação de uma nova geração menos preconceituosa, mais crítica e, conseqüentemente, mais consciente.

Cabe salientar que, além dos questionamentos levantados aqui sobre a autoria e o fato gerador da reportagem, o problema mais grave encontrado por nós é a precipitação de sua publicação. Quando publicada, o material encomendado pelo MEC a uma empresa terceirizada não havia, sequer, sido concluído e enviado à comissão avaliadora interna do ministério. Não se tratava, naquela ocasião, portanto, de um material oficial sendo divulgado em escolas brasileiras. Nesse sentido, a reportagem de

capa produzida pela *Folha Universal* serviu, apenas, como instrumento polemizador de uma questão que estava sendo discutida, de forma ainda engatinhada, pela sociedade civil brasileira.

Partimos do entendimento de que o jornalista é um historiador do cotidiano, ou seja, que esse sujeito, quando pauta ocorrências do cotidiano em um veículo de comunicação, está escrevendo a história daquele dia, alocado em determinado contexto sócio-histórico-cultural. No trabalho de construção coletiva da memória, a mídia possui expressiva participação no processo de formação do imaginário social acerca dos fatos cotidianos. Por isso, o jornalista – assim como o historiador – precisa guiar-se pela realidade material das coisas e verossimilhança dos fatos (CALDAS, 2005).

Nesse sentido, a ausência de assinatura do sujeito jornalista que produziu a matéria, as distorções a que fora submetido o fato gerador da reportagem e a precipitação de sua publicação nos indicam graves falhas da práxis jornalística do veículo *Folha Universal*.

A última página da reportagem, por fim, traz a manchete “PRB reage contra kit do MEC”. O Partido Republicado Brasileiro, considerado o escudo da Igreja Universal do Reino de Deus por possuir significativo número de lideranças ligadas à instituição religiosa, reconhece-se como um partido de centro e ideologia democrática cristã. A matéria correlata à reportagem de capa, portanto, emerge como prova da intrínseca relação entre política e religião abrigada em nosso Estado, constitucionalmente laico. Apenas constitucionalmente, uma vez que lideranças religiosas são, também, lideranças políticas - com dificuldade de discernimento de seus papéis na igreja e como representantes do povo.

Bruck (2011) afirma que precisamos levar em consideração diversas questões quando o assunto é identidade jornalística. Além de analisar o fato gerador, estratégia que parece-nos oportuna e por isso a colocamos em prática, vale jogar luz sobre as rotinas produtivas da profissão, os constrangimentos organizacionais pelos quais passam os jornalistas e a formação teórica desses sujeitos. Talvez uma reflexão sobre esses termos não nos trará respostas, mas outras perguntas, como: porque os autores da reportagem não tiveram os seus nomes divulgados? O que levou um veículo de comunicação neopentecostal a pautar de forma precipitada uma temática como essa

em sua reportagem de capa? A pauta teria sido sugerida por um profissional jornalista ou teria sido solicitada pela instituição religiosa detentora da *Folha*?

6 À GUISA DE CONCLUSÃO

Este trabalho discutiu de maneira transversal o neopentecostalismo e a sua característica de acomodação aos valores do mundo, a partir de análises do periódico semanal da Igreja Universal do Reino de Deus, a *Folha Universal*, sob a perspectiva dos Estudos Culturais. Para que isso fosse possível tivemos que ultrapassar as barreiras das áreas de conhecimentos e buscarmos sustentáculos de aportes teóricos e metodológicos de campos afins, como a Sociologia da Religião e os Estudos Culturais. Mas não é por esse motivo que este trabalho é menos da Comunicação Social. O que ocorreu foi que o material analisado acomodava conteúdo que ia muito além do jornalismo: chegava aos horizontes do sócio-cultural, da vida em sociedade, estando ele em interface com a comunicação.

No momento em que jornalistas trataram de infidelidade amorosa, trouxeram-na como negativa, provocativa de sofrimento e desagregação. O neopentecostalismo também a vê assim, a entende como resultado da presença do diabo na vida do indivíduo. A orientação sexual foi a única temática que apresentou um fato gerador para que fosse tratada: as discussões acerca do material do projeto do legislativo “Escolas sem Homofobia”. Todavia, a reportagem, segunda analisada, volta-se muito mais para o ataque à orientação sexual homossexual do que para os debates da órbita da educação sexual e suas legislações, provando a defesa intransigente do neopentecostalismo à heteronormatividade.

A maneira como a instituição religiosa apropriou-se de um veículo de comunicação como extensão de seu discurso teológico merece atenção, vale ressaltar. Utilizando-se de um material com forma jornalística (diagramação, estruturação e linguagem), a Igreja Universal do Reino de Deus conseguiu emplacar reportagens sobre este mundo e os seus valores, mesmo que elas sejam desprovidas de fato gerador, de lastro na realidade. Com tiragem nacional que oscila – entre as edições analisadas – de 1,5 a 2,5 milhões de cópias, um material com estética jornalística é distribuído por todo

território nacional e considerado, porque material profissional, objetivo, neutro e detentor da verdade, quando, na verdade, não passa, quem sabe, de um veículo promotor da IURD. Esta conclusão, apesar de nos dizer mais sobre a instituição religiosa do que sobre o jornal produzido por ela, diz-nos mais ainda sobre os jornalistas que produzem a *Folha Universal*. A partir de nossas análises, portanto, não é possível pensar o jornal *Folha Universal* sem relação com a Igreja Universal do Reino de Deus, sua financiadora.

Em nossa concepção, jornalistas são historiadores do cotidiano. Quando apuram, redigem e publicam uma matéria estão, do seu modo, documentando aspectos sobressalentes da realidade observada e, por conseguinte, auxiliando o tecer da história. Caso jornalistas não deem a atenção necessária às etapas de seu ofício e o execute sem a responsabilidade devida corremos o risco de escrevermos a história às avessas e, desse modo, não colaborar para uma efetiva construção da memória coletiva e, conseqüentemente, do imaginário social. Um jornalista “distraído” de sua responsabilidade social oferece oportunidade para um outro apropriar-se de seu discurso e, a partir dele, produzir uma versão da história. As marcas identitárias dos sujeitos jornalistas da *Folha Universal*, ademais, nos faz refletir sobre a função social do jornalista e acerca dos limites éticos de sua profissão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A de. A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas. **E-compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**, Brasília, n. 1, p. 1-14, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/17/18>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRUCK, M. S. Jornalistas e teoria: uma conciliação possível?. **In Texto: UFRGS On Line**, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p.16-32, dez. 2011. Mensal. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/22928/14479>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

CALDAS, G. Mídia e memória: a construção coletiva da história e o papel do jornalista como historiador do cotidiano. In: BEZZON, L.C. **Comunicação, política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005. p. 137-150.

ESCOSTEGUY, A. C. de. **Cartografia dos Estudos Culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (Coleção Estudos Culturais, 8).

FOLHA UNIVERSAL. São Paulo, 03 abr. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/6a5Ild>>. Acesso em: 01 out. 2014.

_____. São Paulo, 28 mai. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/4gtUOI>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HALL, S. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

KELLNER, D. **Cultura da Mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARIANO, R. **Neopentecostais, sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 1991.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. Fundação Editora da Unesp: São Paulo, 2005

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.